

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 121.277 - DF (2019/0356870-1)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
RECORRENTE : EDUARDO DANTAS RAMOS JÚNIOR
ADVOGADO : DANIELE TEIXEIRA FEITOZA FERRER - DF048341
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido de liminar, interposto por EDUARDO DANTAS RAMOS JÚNIOR contra acórdão do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios proferido no *Habeas Corpus* n.º 0721137-64.2019.8.07.0000.

Consta dos autos que o Recorrente foi denunciado como incurso no art. 21 da Lei de Contravenções Penais, porque, segundo a denúncia, praticou vias de fato em desfavor de sua esposa. O Juízo de primeira instância recebeu a denúncia.

Diante disso, a Defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, que denegou a ordem, nos termos da seguinte ementa (fl. 239):

"HABEAS CORPUS. VIAS DE FATO. TRANSAÇÃO PENAL. DESCUMPRIMENTO. DENÚNCIA. RECEBIMENTO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL. NÃO VERIFICADO. TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL. EXCEPCIONALIDADE. NÃO CABIMENTO. MATERIALIDADE E INDÍCIOS SUFICIENTES DE AUTORIA COMPROVADOS. DENEGAÇÃO DA ORDEM.

I - Não se vislumbra ilegalidade ou teratologia na decisão que recebeu a denúncia em desfavor do paciente após a notícia de descumprimento das condições estabelecidas em transação penal, uma vez que proferida em conformidade com a Súmula Vinculante n.º 35.

II - O trancamento da ação penal, via habeas corpus, somente é admissível em casos excepcionais, quando demonstrado de plano e inequivocamente a atipicidade da conduta, a ausência de prova do fato ou os indícios de autoria.

III - Presentes a prova da materialidade e indícios suficientes de autoria da contravenção penal supostamente praticada, principalmente com o recebimento da denúncia, deve a ação penal ter seu regular prosseguimento.

IV - Ordem denegada."

Nas razões recursais, a Defesa sustenta a nulidade da decisão que recebeu a

denúncia, por não ter oportunizado ao Recorrente a manifestação sobre o suposto descumprimento da transação penal concedida pelo Juízo de primeira instância.

Aduz que não houve descumprimento da condição imposta pelo Juízo processante, e que os documentos que comprovariam o cumprimento foram retirados dos autos, bem como a assinatura do Recorrente "*apagada grosseiramente com 'liquid paper'*" (fl. 261).

Assevera que a Vítima se manifestou pela desistência da representação contra o Recorrente, o qual teria agido em legítima defesa.

Requer, liminarmente, "*o sobrestamento de todas as medidas adotadas para dar andamento a ação penal, até o julgamento do mérito do presente recurso ordinário em habeas corpus*" (fl. 280). No mérito, pleiteia seja reconhecida a nulidade da decisão que recebeu a denúncia e "*para que 3º juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher de Brasília, DF seja compelido a examine a tese de defesa de cumprimento da condição de suspensão do processo, de forma a fazer valer a garantia constitucional prevista no art. 5, LV, da CR, conferindo fundamentos válidos ao não recebimento da denúncia, com o sobrestamento e ao final trancamento da ação penal em curso*" (fl. 280).

Requer, ainda, a intimação da data de julgamento do presente recurso com o fim de proferir sustentação oral.

É o relatório inicial.

Decido.

No caso, não se constata ilegalidade patente que enseje a concessão da medida urgente requerida.

Com efeito, o Juízo de primeira instância, ao prestar as informações no *writ* originário, consignou que a matéria foi suscitada pela Defesa na resposta à acusação e, ao receber a denúncia, o Magistrado destacou que "*os mencionados argumentos trazidos na peça defensiva tratam de matéria que demanda dilação probatória, que serão objeto de apreciação em momento processual oportuno*" (fl. 172), fundamentos que não se mostram desarrazoados.

Ressalte-se que, consoante afirmado pelo Tribunal de origem, "*em audiência*

Superior Tribunal de Justiça

realizada no dia 4/10/2019, o MM. Juiz de Direito do 3º Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher de Brasília/DF deferiu ao paciente a juntada aos autos dos documentos solicitados pela Defesa para o deslinde da controvérsia, não havendo que se falar, portanto, em cerceamento de defesa" (fl. 246).

Ademais, a verificação quanto ao descumprimento da transação penal parece demandar dilação fático-probatória, o que não se mostra cabível na via do *habeas corpus*.

Assim, o caso não se enquadra nas hipóteses excepcionais passíveis de deferimento do pedido em caráter de urgência, por não veicular situação configuradora de abuso de poder ou de manifesta ilegalidade sanável no presente juízo perfunctório, devendo a controvérsia ser decidida após a tramitação completa do feito.

Ante o exposto, INDEFIRO o pedido liminar.

Solicitem-se informações ao Juízo de primeira instância, solicitando-lhe, ainda, chave de acesso às informações processuais.

Após, ouça-se o Ministério Público Federal.

Para conhecimento da Causídica, notifico que a data de julgamento será informada no *site* do Superior Tribunal de Justiça com até 48 (quarenta e oito) horas de antecedência.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora